

Entre tempos incertos e tempos de golpe: discursos do parlamentar gaúcho Moab Caldas (1963-1964)

*Between uncertain times and coup d'état times: speeches by the Rio Grande do Sul
parliamentarian Moab Caldas (1963-1964)*

Sílvia G. Mateus¹
Rodrigo M. Leistner²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a situação política brasileira entre os anos de 1963 e 1964 a partir das falas de um legislador gaúcho, Moab Caldas. Trata-se de uma narrativa construída a partir dos discursos, mas embasada por reflexões de historiadores especialistas no regime militar, ou seja, não há uma análise semiológica. Tendo em vista que ainda há uma série de documentos referentes ao regime militar que ainda não estão acessíveis, procura-se apontar para a possibilidade da utilização de discursos parlamentares como fonte de pesquisa viável. A conjugação das falas com os estudos históricos possibilita analisar não somente as manobras políticas nacionais, mas também as internacionais, cujos interesses no país naquele período não podem ser menosprezados. No período que antecede o golpe são abordados temas como as revoluções e golpes militares ocorridos no continente, bem como o crescimento e organização da classe trabalhadora e do campesinato. Pode-se perceber nos discursos do parlamentar as estratégias usadas pela elite orgânica a fim de barrar os avanços sociais, criando um clima de tensão e medo e, usando também a força do aparato policial para conter potenciais “inimigos”. Já no período subsequente ao golpe são abordados temas como os expurgos de políticos e funcionários públicos, como a crescente perseguição e violência.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Moab Caldas. Discursos Parlamentares. Fonte documental.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Brazilian political situation between the years 1963 and 1964 based on the speeches of a gaúcho legislator, Moab Caldas. It is a narrative constructed from the speeches but based on reflections by historians specialized in the military regime, that is, there is no semiologic analysis. Bearing in mind that there are still a series of documents related to the military regime that are not yet accessible, we seek to point to the possibility of using parliamentary speeches as a viable research source. The combination of speeches and historical studies makes it possible to analyze not only national political maneuvers, but also international ones, whose interests in the country at that time cannot be underestimated. In the period leading up to the coup d'état, topics such as the revolutions and military coups that took place on the continent were discussed, as well as the growth and organization of the working class and the peasantry. One can perceive in the speeches of the parliamentarian the strategies used by the organic elite to stop social advances, creating a climate of tension and fear, and also using the force of the police apparatus to contain potential "enemies". In the period following the coup d'état, topics such as the purging of politicians and civil servants, increasing persecution and violence are addressed.

Keywords: 1964 Coup d'état; Moab Caldas; Parliamentary Speeches; Documentary Source

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: silvia_gon@yahoo.com

² Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas em Informação (ICHI), Universidade Federal de Rio Grande (FURG). E-mail: rodrigoless@yahoo.com.br

Discursos legislativos como fonte para análise do Golpe de 1964

O mais duro de todos os atos institucionais emitidos pela ditadura militar brasileira instaurada em 1964, o AI-5, fez 50 anos que foi baixado no ano de 2018. Por conta desse “aniversário”, uma série de discussões a respeito do período foi pautada, não para comemorá-lo, mas sim para que não fosse esquecido e, muito menos, repetido. Várias pesquisas ainda estão por ser feitas uma vez que ainda há uma série de documentos não liberados. Todavia, há diferentes fontes de acesso ao público que permitem analisar o período, bem como seus reflexos para a sociedade brasileira, como, por exemplo, os discursos contidos nos anais das assembleias legislativas. Por isso, neste trabalho, são trazidas algumas falas de Moab Caldas, deputado estadual do Rio Grande do Sul que legislou entre os anos de 1959 até 1966.

A partir dos discursos do deputado estadual Moab Caldas é possível compreender o quadro político brasileiro na década de 1960, sendo possível verificar não só as manobras políticas nacionais, como também as internacionais, cujos interesses no país naquele período não podem ser menosprezados. Caldas ingressou pela primeira vez na política em 1959, até então era um conhecido líder umbandista e jornalista (possuía espaço em rádios e colunas de jornais de Porto Alegre). Tendo iniciado sua vida política no PSD, na segunda eleição,

passou para os quadros do PTB. Com o advento do golpe militar, os partidos foram dissolvidos por meio do AI-2, sendo estabelecido o bipartidarismo a partir do Ato Complementar nº. 4, o que levou Caldas a passar os quadros do MDB em março de 1966. Além disso, com o advento do AI-5, teve seu mandato cassado, encerrando, assim, sua vida política. O período em que Caldas legislou caracterizou-se por uma intensa democratização no país, em que novos espaços eram construídos, e grupos até então excluídos participavam ativamente dos rumos políticos do Brasil. O movimento pela Legalidade³ acabou por aproximar Caldas do PTB, ao passo que a possibilidade de um golpe ficava cada vez mais próxima.

³ Em 25 de agosto de 1961, surpreendendo a nação, Jânio Quadros renunciou à presidência. No mesmo dia, devido à ausência do vice-presidente João Goulart, que estava em missão oficial na República Popular da China, foi empossado interinamente o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, do PSD. Diante da tentativa de veto dos ministros militares — marechal Odílio Denys, da Guerra, vice-almirante Sílvio Heck, da Marinha, e brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica — à posse de Goulart, abriu-se uma crise de grandes proporções. Imediatamente começou a se desenvolver em várias regiões um movimento de resistência aos planos dos ministros militares, visando a garantir a posse do vice-presidente. Esse movimento teve seu ponto mais alto no Rio Grande do Sul, sob a liderança de Brizola, que, depois de ocupar militarmente as emissoras da Rádio Guaíba e da Rádio Farroupilha, formou a chamada “cadeia da legalidade”, comandando 104 emissoras gaúchas, catarinenses e paranaenses e mobilizando a população em defesa da posse de Goulart. Para maiores informações acessar <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>.

Não se trata de uma análise semiológica das falas, mas sim de uma composição entre alguns fatos ocorridos entre os anos de 1963 e 1964 contidos nos discursos do parlamentar, com análises de pesquisadores da ditadura no Brasil, de modo a construir uma narrativa sobre esse período a partir de um tipo de fonte documental pública de fácil acesso aos pesquisadores.

Os discursos aqui utilizados se referem a dois momentos muito específicos da história do Brasil: o primeiro aborda o período pré-golpe, mais especificamente 1963; o segundo trata dos primeiros meses após o golpe de 1964.

Cuba, IBAD, crises forjadas – discursos em tempos incertos

Há uma pergunta, Srs. Deputados, que está sendo formulada nas ruas, por milhares de pessoas, de todas as classes: ‘se realmente a proclamação da República Socialista de Cuba oferece um grande perigo à segurança das Nações Americanas, à posição do Continente em relação ao Mundo. [...] Maior perigo que a República Socialista de Cuba afigura-se a política exterior dos Estados Unidos que, por isso mesmo, é a responsável pelo crescimento do comunismo em todo Mundo, especialmente aqui na América Latina. As nações irmãs, que poderiam socorrer [Cuba], estavam cabresteadas, sepultadas em dívidas, e não tiveram força moral para vir a ajudá-lo. O dólar estava por toda parte, como injeção de óleo canforado, e as republiquetas tuberculosas dele careciam, nos esgares da agonia, de tal sorte que, entibiadas, nem sequer podiam falar. Enquanto isso, o Pentágono (como é

confesso), treinava e organizava um exército de mercenários, com a finalidade única de destruir as bases da vitoriosa revolução. [...] Claro que o povo norte-americano não pode ser responsabilizado pela política externa de seu governo, super-reacionário, hipnotizado com os valores meffíticos de ‘Wall Streat’. Porque uma potência, pelo fato de ser mais rica que as demais, não terá, segundo o princípio de Haya, maiores direitos. A República Socialista de Cuba não deixa de ser um perigo à Democracia, porém, repetimos, perigo maior é a política externa norte-americana que está provocando esta situação, criando estas oportunidades. [...] Vivemos uma época de transição. Os povos querem libertar-se e libertar-se-ão de qualquer forma. Vejam o caso da Argélia; do Congo; do Laos; de Angola; de Portugal; da Hespanha; de povos da África, etc. O interesse americano em Cuba é eminentemente comercial [...]. (AALRS, v.146, 1961, p.64-66)⁴

59

A década de 1960 representou um momento de transformações significativas no mundo ocidental, e muitas dessas mudanças estavam intimamente ligadas ao final da Segunda Guerra Mundial, quando emergiram as duas superpotências, EUA e URSS, que viriam a encabeçar a chamada Guerra Fria. Segundo Hobsbawn (1995), a caça aos comunistas foi criada por demagogos norte-americanos que perceberam o potencial político da existência de um

⁴ Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul referentes aos anos de 1963 e 1964. Os volumes indicados estão disponíveis para consulta física no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Duque de Caxias, 1029, Porto Alegre/RS.

inimigo interno. Nos anos que se seguiram ao início da Guerra Fria, na América Latina, uma série de lutas por independência ocorreram: Revolução Boliviana (1945), Revolução Guatemalteca (1954), Revolução Cubana (1959). Esses movimentos sociais latino-americanos apontavam para um anti-capitalismo iminente no continente, resultando na transferência do conflito ideológico internacional para a América. Assim, a maior parte dos países dessa região viu ocorrer em seus territórios revoluções; golpes militares para suprimir, impedir ou promover uma revolução. A Doutrina de Segurança Nacional e a expansão do capitalismo (principal interesse norte-americano) poderiam ser comprometidas se os avanços das forças sociais não fossem contidos.

Esta conversa de erradicação do analfabetismo vem de longe e começou com Pero Vaz de Caminha. Mas até hoje ficou sendo conversa fiada. Srs. Deputados. Se lançarmos os olhos sobre o mapa de nossa América Latina veremos que o único país que conseguiu terminar com a doença do analfabetismo foi CUBA. Para este efeito admitiu mais 320.000 professores especializados, muitos apenas com 14 anos, criando-se a Brigada de Educação ‘Conrado Benitz’⁵. E

⁵ Após a Revolução, no início do ano de 1960 se constituiu em Cuba o Contingente de Maestros Voluntários, formado por três mil mestres e jovens que realizaram tarefas de alfabetização nas zonas montanhosas. Essa educação teve que começar com alfabetizar quase um milhão de cubanos, quando a população chegava a aproximadamente seis milhões. Para a força de professores tão grande que se necessitava, primeiro houve um chamado para os professores voluntários, que queriam apresentar-se voluntariamente. Mas, à

quando lá estivemos, assistimos a uma parada inesquecível, pois a mencionada brigada desfilou, em seus pelotões militarizados, fardada como miliciana, sendo que todos, ao contrário do fuzil, traziam ao ombro um enorme lápis e, à frente, uma senhora de 70 anos, que recém havia sido alfabetizada, conduzia à guisa de bandeira um livro aberto. (AALRS, v.162, 1962, p.332-333)

Um dos aspectos maravilhosos da Revolução Cubana é precisamente o que diz respeito à Reforma Urbana. [...] O Governo Revolucionário resolveu quase que definitivamente

medida que a direção da Revolução viu que era uma força importante, mas não a que se necessitava, foi acelerado o curso escolar, que terminou nos primeiros dias de abril de 1961, e convocou-se a todos os estudantes, todos os jovens do curso médio até a universidade - um total de 105.664, com idades entre dez e 19 anos -, para que participassem. Uma enorme força de milhares de estudantes no mês de abril foi convocada à Brigada Conrado Benítez. Previamente tinham ocorrido grandes atentados terroristas na cidade de Havana e no resto da Ilha, apoiados e estimulados pelo governo dos EUA e sua Agência Central de Inteligência (CIA); levantamentos de bandos contrarrevolucionários no Escambray, que tinham cometido o “heroísmo” de assassinar um professor. Um professor negro, pobre, que apenas sabia ler e escrever - e o fazia bem - que era engraxate: Conrado Benítez. Foi assassinado junto com alguns camponeses. Por isso que as brigadas de alfabetização levaram o nome do heroico professor. Durante a Campanha de Alfabetização, os bandos contrarrevolucionários que atuavam em distintas partes da Ilha assassinaram jovens alfabetizadores. Esses bandos de bandidos assassinaram estes e vários alfabetizadores e alfabetizados com o objetivo de assustar, amedrontar aquela tropa multitudinária de milhares de jovens que se lançaram ao campo, às zonas rurais, às zonas urbanas mais distantes a alfabetizar quase um milhão de analfabetos e, em menos de dez meses, Cuba pode declarar-se, através das instituições internacionais, território livre de analfabetismo. Disponível em: <<https://inverta.org/jornal/educacao-imprensa/455/cultura/catedras-jose-marti-e-paulo-freire-em-belo-horizonte>>.

o problema da locação, que era semelhante ao do nosso Brasil, isto é, miserável, dadas as condições em que vivia grande parte da população. Pode-se discordar do Socialismo. Pode-se ser inimigo mortal de Fidel Castro. Mas ninguém pode negar os resultados objetivos, realísticos, da Revolução, sobretudo neste aspecto. [...] Vi a reforma urbana cubana. Vi as vilas populares, as granjas coletivas, as cooperativas, inclusive as pesqueiras [...]. Em Cuba, mais de 80% da população vivia em Bohios, isto é, malocas, favelas, mocambos miseráveis, como os do Nordeste. Casas de palha ou barro, de chão puro, úmidas, cheias de verminoses e lixos. Inferiores as tabocas de nossos xavantes. [...] Hoje em dia, para tristeza dos reacionários, podemos proclamar que os pobres de Cuba, os simples camponeses daquela ilha, desfrutam de mais comodidade que a nossa classe média [...] têm água, luz e jardim. [...] E na maioria das casas há fotografias da choupana anterior, na sala principal [...]. não há mais favelas ou mocambos ou malocas. [...] Percebo a agitação no plenário. (AALRS, v.169, 1963, p.333-334)

Os modelos econômicos latino-americanos estavam esgotados, e uma série de contradições internas dos sistemas nacionais de dominação afluíram: *“para os setores populares (...) aquelas influências [revoluções] viraram referências de mobilização e potencialização da luta revolucionária”* (PADRÓS, 2005, p.131). Como reação, o governo norte-americano procurou isolar Cuba, bem como impedir a expansão das ideias revolucionárias no continente, utilizando desde empréstimos aos países com problemas sociais:

Estive lendo e refletindo sobre os conceitos emitidos no livro ‘O Progresso pela Aliança’, de autoria de S. Exa., o Sr. Embaixador – no Brasil – dos Estados Unidos da América do Norte, professor universitário Lincoln Gordon. [...] O problema da Aliança para o Progresso tem sido controverso, tem dado margem a uma série de discussões [...]. estudamos seriamente sua aplicação [...]. Quer dizer, se o dinheiro da aliança servisse para a normalização de nossas dívidas externas, respiraríamos aliviados e poderíamos encetar caminhada nova. Mas se vier esse dinheiro como empréstimo, nos afogaremos. Admito que a concessão do dinheiro da ‘ALIANÇA’ seja condicionado a programas, mas se é auxílio, não deve haver intromissão, a ponto de sermos obrigados a transmitir nossos planos a outra nação. [...] Como posso eu aceitar a lisura de um empreendimento que distribui 13 milhões de ‘dólares’ para o nordeste, que é precisamente a terra onde nasci, e 73 milhões ao Estado da Guanabara, onde um governador fez precisamente a política do ataque, menosprezando as camadas populares e taxando-as de subversivas? Para nós não interessa o comunismo. [...] Finalizo dizendo que não sou contra a ‘Aliança para o Progresso’, mas que não a aceito nas condições em que está, servindo mais como catalisadora política como alavanca de pressão do capital [...]. (AALRS, v.166, 1963, p.267-269).

Até a intervenção militar,

os EUA, diante da convulsão social e das expectativas políticas aguçadas, abandonaram qualquer preocupação com as aparências democráticas e assumiram, cada vez mais, um caráter contra-revolucionário, golpista e

intervencionista (...). Na prática, na América Latina, diversos foram os mecanismos utilizados para desestabilizar as forças democrático-progressistas e destruir as revolucionárias. Uma propaganda anticomunista primária, veiculada permanentemente pelos setores da grande imprensa comprometidos com as forças golpistas, calou fundo junto a importantes setores médios alinhados à reação numa ofensiva sem precedentes, generalizada, ofensiva que se alastrou por quase todo o continente (PADRÓS, 2005, p. 147-148).

Durante a década de 1960, o Brasil viu crescer a organização da classe trabalhadora e do campesinato, o que

[...] assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo organização sindical. O exemplo de Cuba aumentou o medo de uma revolução que derrubasse o sistema, com sérias perdas para o capital nacional e multinacional (ALVES, 1989, p. 22).

Para Caldas, um golpe estava em andamento:

[...] Quando foi do levante popular pela manutenção da Legalidade, muitas surpresas nos ocorreram. Papagaios ficaram mudos e latidos comuns desapareceram. Houve engasgamento e reticências. Calafrios e tonteiras. Atônitos, constatamos que alguns tipos, tidos como valentões pela língua, eram exímios nas pernas. Quando formamos no ‘Pelotão Suicida’ à hora em que parecia que a ‘Cidadela da Legalidade’ ia ser assaltada, quanta gente escapou pela janela e

pelos fundos. Tudo isto enquanto as ‘raposas’ matreiras jogavam xadrez, estudando uma maneira de se perpetuarem. Em realidade a camarilha golpista não queria Jango [...]. Sabemos que vão tentar, por todas as maneiras, as mais dissimuladas, minar-lhe as prerrogativas. [...] A armadilha do golpe ainda continua aberta e é preciso muito cuidado para que, mesmo antes do final do ano, não tenhamos um Natal Infeliz!... (AALRS, v.151, 1961, p.245)

As classes altas correspondiam ao que René Dreifuss (1987, p. 229) chamou de elite orgânica, cujo principal intuito era “*conter as forças populares, desagregar o bloco histórico-populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político de um golpe de Estado civil-militar*”. Para tanto, havia um planejamento de longo prazo para alcançar seus objetivos, contando com ações ideológicas e sociais, bem como político-militares:

A verdade é esta: o Sr. Leonel Brizola pode ter muitos defeitos, é humano como todos nós, mas um mérito ele tem – o mérito de falar pelas multidões famintas e desamparadas que estão aí mesmo implorando socorro, implorando amparo. Estes que o estão combatendo, nunca voltaram os olhos para o povo, a não ser através dos condutos naturais do pensamento. E o General Murici, que agora tem a cobertura da imprensa nacional, na ‘Legalidade’ fugiu do Rio Grande do Sul, essa é a verdade, porque estava ligado aos golpistas que queriam rasgar a Constituição. O Sr. Leonel Brizola falava a milhares de pessoas, e quando disse que ele era ‘Gorila’, não mentiu. [...] A verdade é que o

comandante estava em um banquete, com o Sr. Lincoln Gordon, que representa a exploração nacional e o colonialismo em nossa terra. (AALRS, v.166, 1963, p.101-102)

O IPES⁶ foi uma das formas que a elite orgânica organizou para disseminar toda uma doutrinação ideológica através da mobilização de jornalistas, estudantes universitários e de militares das Forças Armadas.

⁶ Organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo”. Após o triunfo do movimento militar de março de 1964, de cuja preparação participou ativamente, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972. O IPÊS desenvolveu intensa propaganda anticomunista através de cursos, semanários, conferências públicas e artigos enviados para os jornais, cujo conteúdo versava invariavelmente sobre as vantagens do regime democrático e da livre iniciativa. Publicou e distribuiu grande número de livros, folhetos e panfletos de oposição ao governo Goulart e de combate ao marxismo e produziu uma série de 14 filmes de doutrinação democrática, que foram apresentados em todo o país. Além desse tipo de prática, o IPÊS patrocinou viagens de estudantes aos Estados Unidos e contribuiu financeiramente para associações estudantis, operárias e femininas anticomunistas do Rio e de São Paulo. Entre as organizações beneficiadas com doações do instituto figuravam os Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O grupo do Rio auxiliava a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (LAMARÃO, Sérgio. Verbete FGV CPDOC. FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>).

Paralelamente o Executivo de João Goulart era isolado e neutralizado.

O Gen. Antônio Muricy, segundo declarações feitas em Natal, disse que se impõe a imediata instauração do ‘Estado de Sítio’ no País e que toda a máquina militar, com apoio da população civil, deve agir com energia, sendo necessário impor limitações aos direitos individuais. Acentuou o Gen. Antônio Muricy, em conferência para as classes conservadoras, pronunciada na Faculdade de Direito daquela Capital, ‘que o militarismo é o único meio de salvar o país da revolução que está a caminho’. [...] pedimos a prisão do General Muricy, por suas declarações afrontosas à Presidência da República e ao Congresso Nacional, enfim, às Leis que comandam este País [...]. (AALRS, v.167, 1963, p.28)

Entre os anos de 1962 e 1964, houve uma crise no país resultante de contradições oriundas desde a década de 1950, que culminou com uma diminuição da acumulação e ritmo de investimentos industriais. Some-se a esse quadro a “*impossibilidade momentânea do Estado realizar novos investimentos e as manifestações políticas do colapso populista*” (MENDONÇA, 1986, p.71). As reformas de base eram necessárias, mas o Executivo não conseguia suplantar nem as pressões, nem o esvaziamento de autoridade.

E esse jogo, de certas cúpulas, é um jogo sujo porque o que estamos presenciando é o seguinte: Partidos já superados, que vivem agarrados aos cargos e ministérios, sendo, portanto, copartícipes da presidência, boicotam as leis que

tentam libertar nossa terra e, para efeito público, agridem o Sr. Presidente, como se fosse ele o único responsável. Pergunto, entretanto, porque não deixam o Presidente governar apenas com o seu Partido, com o nosso Partido, que é o PTB? Não! Não querem isso, porque precisam sugar as verbas e dispor dos cargos. Mas, desleais como são, falam contra o Governo, do qual são aliados xifópagos, para procurarem isentarem-se da culpa. (AALRS, v.168, 1963, p.67-68)

E enquanto o Governo tentava equilibrar-se na “corda bamba” das crises (econômico-financeira; político-institucionais; do sistema partidário), paulatinamente o aparato policial, cujas ações violentas remontam para antes mesmo do período Vargas, vai se fazendo sentir sobre os potenciais “inimigos” da elite orgânica:

Não podendo invocar neste momento o espírito de Molière, para apreciar aqui a grande farsa das Bancadas da Situação, que tentam apresentar-se com ares de sinceridade quando em realidade, demonstram pelos atos e palavras, neste episódio da prisão do jornalista Hélio Fernandes⁷ uma grande

⁷ Em 1962, Hélio Fernandes assumiu o ativo e o passivo da Tribuna da Imprensa. À frente do jornal, passou a mover violenta campanha contra o governo Goulart, por não acreditar na seriedade de seus projetos. Em 24 de julho de 1963 foi preso por ter publicado na véspera uma carta enviada pelo ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro a 12 generais de sua confiança, atacando o governador Carlos Lacerda. Segundo declarou, uma cópia da carta lhe fora entregue pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, foi solto por habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal Militar. Apoiou o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que derrubou Goulart e levou o

hipocrisia, gostaria, todavia, de ter convidado Cacilda Becker ou Procópio Ferreira, ora em nossos palcos, para que aprendessem a lição de teatro que assistimos durante esta tarde. [...] Esse General, vivendo como um nababo no Nordeste esfomeado, teve a cobertura de certa imprensa, muito nossa conhecida. [...] De outra feita, protestamos contra a prisão do Padre Alípio⁸, pelo então Ministro da Guerra, General Amaury Kruehl. Achamos um absurdo. Julgamos que se tratava do emprego do ‘direito da força’, porque o que o sacerdote pregava era precisamente o que milhões de trabalhadores, estudantes e parlamentares pregam todos os dias. Caira em desgraça porque publicara uma carta aberta contra o Cardeal do Rio de Janeiro, mostrando que o S.

general Humberto Castelo Branco ao poder. Entretanto, logo depois, escreveu “violentíssimo artigo contra Castelo e os golpistas”. Divergiu da orientação do governo depois da edição, em 9 de abril de 1964, do Ato Institucional nº 1. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-helio>>.

⁸ Alípio Cristiano de Freitas ou Padre Alípio, português de Bragança, nascido em 17 de fevereiro de 1929, foi jornalista, trabalhou na RTP (Rádio e Televisão Portuguesa), professor universitário, ativista social. Um revolucionário que dedicou a sua vida à causa da emancipação social, lutando contra a miséria, contra a ditadura salazarista portuguesa e contra a ditadura militar brasileira. No ano de 1958 participou da fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, juntando-se às Ligas Camponesas no ano de 1960. Durante todo aquele período esteve envolvido nas lutas pela Reforma Agrária e, durante o governo de João Goulart (Jango), nas ações pelas Reformas de Base. Em 1962 participou do Congresso Mundial da Paz, em Moscou, onde conheceu Pablo Neruda e Dolores Ibárruri (La Pasionária), dentre outros nomes da esquerda mundial. Ao retornar ao Brasil rompeu com a Igreja. No ano de 1963, participou ativamente na campanha de Miguel Arraes, em Pernambuco, sendo sequestrado pelo exército, permanecendo preso durante 50 dias.

Eminência estava ao lado dos golpistas e poderosos e fugira totalmente da missão da Igreja, ao se aliar ao capitalismo explorador e imperialista. A partir deste momento entrou em desgraça, porque o clero, como é seu costume, sem parecer, passou, através dos chamados capelães militares, a instigar as autoridades que estavam a seu lado, tentando uma cilada, que afinal aconteceu, com a prisão arbitrária do sacerdote, como se ele fosse um agitador comunista, o que não é verdade, como ficou provado. [...] Claro está que a pregação viciada, imoral, do Sr. Hélio Fernandes, agora em foco, não encontra nosso apoio. Divergimos dele, de sua linha de conduta [...]. Repelimos a linha traçada pelo seu jornal. [...] Este jornalista serve a um plano nacional de desmoralização do Poder constituído. Não está sozinho. Integra uma cadeia internacional que procura manter escravo o País [...]. O Sr. Hélio Fernandes não está sozinho. Representa um grupo poderoso de golpistas que estão a serviço de outras nações. [...] É um jornalista marrom [...] E essa alauza toda teve por escopo apresentar Helio, seu jornal e Lacerda, como vítimas eles querem substituir Jango, o que conseguirão. (AALRS, v.168, 1963, p.22-25)

Se desde o século XIX a violência era empregada pelo aparato policial contra os negros, pobres, diferentes, marginais e criminosos, conforme o golpe se avizinhava, ampliava-se o rol de suspeitos e perseguidos:

Lacerda, então, não podemos falar muito, dado sua personalidade já é demais conhecida, pois ligada a todos os dramas. [...] Sua polícia

tortura os mendigos⁹ jogados no Gandhú estão com a história contada em todos os jornais. [...] As torturas infligidas a estudantes, trabalhadores e presos políticos, estão aí a testemunharem que a Guanabara ainda vive na Idade Média. (AALRS, v.170, 1963, p.90-92)

Desde o início do século XX, o uso da tortura continuou sendo empregado para todos os que fossem considerados perigosos, ou seja,

⁹ Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara, foi acusado de mandar a polícia raptar, torturar e assassinar os mendigos (foram treze indigentes que apareceram flutuando nos rio Guandu e Guarda) do Centro e Zona Sul do Rio de Janeiro, para assim fazer uma limpeza social às vésperas da visita da rainha Elizabeth II da Inglaterra ao Brasil. Em janeiro de 1963, uma equipe do jornal Última Hora recebeu a informação de que as vítimas seriam moradores de rua. Eles seguiram camburões da Secretaria de Assistência Social e conseguiram flagrar os “funcionários” da pasta, que na verdade eram policiais (integrantes da Seção de Repressão à Mendicância), jogando pessoas no rio de cima de uma ponte. O repórter Luarlindo Ernesto Silva, que estava monitorando os homens de Lacerda conseguiu resgatar uma das vítimas (que sabia nadar e conseguiu ir a margem). As reportagens ganharam repercussão. Essa política ficou conhecida como Mata-Mendigos e virou CPI e caso de polícia. Mas a ordem saiu do gabinete de Lacerda e foi direto para a chefia de polícia. Com o Golpe Militar de 1964 as investigações foram arquivadas. O caso repercutiu inclusive fora no país, tanto que o escritor chileno Jorge Díaz, baseou sua peça de teatro, Topografía de un Desnudo (1965), numa matéria que saiu nos jornais do Chile sobre a operação mata-mendigos. No ano de 2009, o texto foi adaptado e dirigido pela cineasta brasileira Teresa Aguiar e, no ano de 2010, o texto novamente foi adaptado no Chile, agora para o formato livro. Disponível em: <http://historiaempauta.com.br/2016/10/14/carlos-lacerda-o-mata-mendigos/>; <http://g1.globo.com/Noticias/Cinema/0,,MUL1386321-7086,00-FILME+BRASILEIRO+DENUNCIA+MAS+SACRE+DE+MENDIGOS+NOS+ANOS.html> ; <http://averdade.org.br/2012/02/filme-relembra-operacao-mata-mendigos/>.

opositores políticos sofreram nas delegacias, presídios e hospícios, e, no período que antecedeu o golpe de 1964, não foi diferente, tendo sido denunciado por jornais:

[...] quero ainda lembrar aqui um aspecto do aparte que foi dado pelo Vice-Líder do PL, quando disse que a reforma agrária do Sr. João Goulart é comunista. Isto não é verdade! O PTB não é um partido comunista. Esta história de comunista é um jargão popular de que se servem os golpistas ou pseudo-reformistas, para impedir que o Brasil se liberte. Já que foi trazido, aqui, o assunto ‘comunista’, quero mostrar como os comunistas são tratados pelo Governo chamado democrático. O advogado Clodomir Santos Moraes que é tachado de comunista – não sei se realmente O é, vamos admitir que o seja – fora do comunismo e dentro dos seus serviços profissionais, serve à causa democrática, como advogado das Ligas Camponesas do Nordeste. Mas admitamos que seja comunista. Sabem como é tratado pelas classes democráticas, pelo Governo udenista da Guanabara? [...] [*leitura do legislador de artigo publicado no jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 16/08/63*] Em depoimento entrecortado de crises de choro, o Advogado Clodomir Santos de Moraes, das Ligas Camponesas, preso no dia 13 de dezembro de 1962, pela polícia do Governador Carlos Lacerda, relatou, ontem, perante à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atrocidades da Polícia da Guanabara, as torturas aplicadas contra ele e sua companheira pelos policiais da Invernada de Olaria¹⁰. (AALRS, v.168, p.296-299).

¹⁰ Delegacia policial criada em 1962 pelo Governo Carlos Lacerda para “preservar a lei e a ordem” na base da violência e do terror,

Um clima de tensão e medo no país foi premeditadamente gerado pela elite, visando acima de tudo “*‘parar’ o avanço da classe trabalhadora no espaço público; um movimento contra as reformas sociais e políticas*” (TOLEDO, 2004, p.14). Crises forjadas pela elite e veiculadas pela imprensa procuravam inflamar a opinião pública contra Jango.

Vive o Brasil uma atualidade agitada artificialmente, eis que a maioria das crises são forjadas no silêncio dos gabinetes dos ‘experts’. Uma onda de notícias angustiosas e cheias de sobressaltos eleva-se a altos píncaros e, assim, sob a influência dessa maré, toda população de influencia. Pode-se comparar as notícias a um rastilho de pólvora, adredemente delineado e que procede aos grandes incêndios, começando pela opinião popular. [...] império da propaganda malévola e, assim, cria-se o drama do cotidiano. [...] Quero, aqui desta tribuna, responsabilizar, em grande parte, por esse clima de intranqüilidade e agitação imperantes por toda a cidade, a maioria dos órgãos da imprensa falada, escrita e televisionada que [...] se prestam aos apetites de grupos financeiros que têm interesse em desmoralizar o Governo Federal. [...] Fala-se em golpe. Fala-se em prisão. Fala-se em estado de sítio. Fala-se em renúncia. Fala-se em processo. Fala-se de tudo, mas quase não se diz uma palavra em prol da paz e da compreensão. (AALRS, v.169, 1963, p.368-369)

localizada na Rua Paranapanema, 769, Olaria, Rio de Janeiro. Alguns militantes foram presos e torturados neste local, onde se situa o atual 16º Batalhão de Polícia Militar.

Os grupos políticos da Direita, que se alevantam de há muito tempo contra S. Exa. O Sr. Presidente da República, têm feito o possível e o impossível para destruir-lhes o trabalho, para desfigurar-lhe a apresentação, para desenhá-lo a opinião mundial, como um homem incapaz e mal intencionado, voltado inclusive para o comunismo internacional. [...] aqueles grupos reacionários, através da vasta publicidade e de órgãos declaradamente inconstitucionais, como o IBAD, tudo envidam para inquiná-lo de suspeito e incapaz, lançando mão da mentira, do escândalo, da distorção, enfim, de todos os métodos usados pela chicana oficiosa dos teratologicamente deformados pela mente. [...] E essas forças que podemos chamar publicamente de golpistas. [...] essas crises forjadas em gabinetes [...] pregando a desordem e o desrespeito às autoridades constituídas; chamando aos nacionalistas de comunistas ou baderneiros e confundindo, propositadamente [...]. Pretendem o País atrelado a outras terras [...]. Esses grupos de extrema direita que são os baderneiros, os agitadores, porque usam e abusam dos veículos de comunicação [...]. E contribuem para as greves, com pressões econômicas e são os responsáveis diretos pelo alto do custo de vida. (AALRS, v.170, 1963, p.90-92)

Até aqui ainda estamos em 1963, ano de intensas ações do IPES/IBAD para colocar a opinião pública contra João Goulart, de modo que, de reformista, passou a ser identificado como socialista/comunista. Vultosos valores foram disponibilizados por empresários nacionais e estrangeiros através desses órgãos, que a seu turno financiavam jornais de grande circulação, livros,

filmes etc. Em seus estudos, Cláudia Wasserman (2004) aponta que mais de 100 milhões¹¹ de dólares foram financiados pelo IPES para promover desde políticos nas eleições de 1962, agitações e propagandas anti-comunistas entre os anos de 1962 e 1963. Tamanho investimento rendeu frutos, pois boa parte da sociedade passou a apoiar o golpe, que viria a se concretizar em abril de 1964.

Quartelada, expurgos e violência – discursos em tempo de Golpe

A história é irreversível. Por isso mesmo estamos apreciando os fatos levados a efeito de surpresa, através de uma quartelada, com o coração cheio de mágoa e tristeza. E queremos registrar, apenas, que nos sentimos alegres porque, graças a Deus, não houve necessidade de derramamento de sangue. [...] No Brasil, lamentavelmente, meia dúzia de comunistas afoitos, cercaram o Presidente Jango e estiveram a frente dos grandes movimentos de libertação nacional. E o resultado é que, propositadamente, ficaram enovelados com os trabalhistas sadios, dando margem a que os nossos adversários capciosamente dissessem que o PTB estaria de mãos dadas com o PC, o que não é verdade. E o nosso presidente nunca foi Comunista, como todos sabem. O que houve foi um processo de envolvimento, do qual ele iria sair muito bem, não houvessem as odiosidades dos Partidos [...]. E também acho monstruoso que o Cardeal do Brasil, em pronunciamento ontem feito a respeito das perseguições policiais, tente justificá-las, dizendo que ‘Castigo é Misericórdia’. [...] tudo

¹¹ O valor reajustado nos dias atuais corresponde a mais de 800 milhões de dólares.

isso foi uma questão econômica. Quem comandou a operação em realidade foi o dinheiro, foi Wall Street. (AALRS, v.174, 1964, p.86-88)

Não havia um consenso por parte dos militares quanto à efetivação do golpe, mas muitos faziam parte do IPES/IBAD, que juntamente com outros órgãos foram os responsáveis pelas campanhas ideológicas contra Goulart.

Sim, nossos adversários, que hoje assentam-se no Poder, por mais que os queiramos criticar, não de ter encontrado brechas na administração. Porque nem todos são venais. No meio deles há idealistas, não tenho dúvidas. Porque precisamos refletir com a cabeça fria e admitir que muitos deles são bem intencionados e, realmente estavam e estão convencidos do processo comunizante da nossa Pátria. (AALRS, v. 174, 1964, p.241-242)

Outros golpes passaram a ocorrer na América Latina no intuito de “*conter os movimentos populares e a efervescência cultural presentes em todos os países, desde o final dos anos 1950*” (WASSERMAN, 2004, p. 27), sendo que o Brasil serviu de modelo para essa onda golpista. Em 9 de abril de 1964, uma junta militar baixou o primeiro Ato Institucional, e entre seus 11 artigos, suspendia direitos políticos pelo prazo de dez anos e tratava sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria de servidores civis ou militares que comprometessem a segurança do país: “*estima-se que inicialmente 10 mil funcionários públicos foram afastados e 5 mil*

investigações, envolvendo mais de 40 mil pessoas, abertas. (...) foram cassados 2.985 cidadãos brasileiros” (MEZAROBBA, 2010, p. 8). Até o final do mesmo ano, foram mais de 3500 pessoas foram expurgadas.

Assim, dentro deste prelúdio, antes de mais nada, quero emprestar minha integral solidariedade as palavras dos oradores que me antecederam, quando criticaram acerbamente a inclusão do nome do professor Ernani Maria Fiori¹² na lista de expurgos hoje publicada na imprensa. [...] diariamente a imprensa publica listas sobre listas de pessoas que sofrem esse processo inquisitorial. (AALRS, v.179, 1964, p.140-142)

Ainda há poucos dias – e está acontecendo hoje – funcionários do Banco do Brasil foram transferidos daqui para o Amapá, para o território do Acre, para Rio Branco, para cabeceiras do Amazonas. Ainda há poucos dias um casal, funcionários do Banco do Brasil, dos mais distintos, conhecidos meus há muitos anos, ordeiros, decentes, honestos na acepção do termo, nunca se dedicaram as lides políticas, apenas ela tomou parte na greve dos bancários e, por causa disso, foram transferidos para Penedo, nas margens do Rio São Francisco, frente ao estado do Sergipe. (AALRS, v.179, 1964, p.341-343)

¹² Ernani Maria Fiori (1914-1985) tornou-se catedrático de história da filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse filósofo contribuiu para o fundamento da Educação popular, sendo que sua adesão à Ação Popular (AP) em 1963 foi vista como prática subversiva pela ditadura. Após seu expurgo em 1964, devido à perseguição política, exilou-se no Chile, onde atuou na Universidade Católica, da qual foi vice-reitor. Veio a ser reintegrado à UFRGS, em 1979.

[...] um funcionário do Banco do Brasil [...]. Este rapaz nunca foi dado à política. Apenas votou no movimento grevista pró-aumento de sua classe. [...] Por denúncias particulares do Banco do Brasil, foi transferido daqui para o Ceará [...] mudança compulsória de residência. Um outro rapaz, também do Banco do Brasil, de Novo Hamburgo, pai de seis filhos, foi expurgado. [...] Aqui no Rio Grande do Sul temos dezenas de funcionários assim, na rua da amargura, que nada fizeram, que estão esperando alguma coisa. (AALRS, v.188, 1964, p.111-112)

E se antes do golpe a violência e tortura empregada pelo aparato policial não era algo incomum, a partir de 1964, as forças armadas não só estavam envolvidas diretamente na repressão política, mas também permitiam que a violência fosse empregada por civis em nome da segurança nacional:

Onde estão os Camponeses sem Terra de nosso Rio Grande do Sul? Por que terão silenciado [...] E por quanto tempo? [...] Foram considerados impostores e comunistas. [...] Lá no meu nordeste, coisas horrorosas aconteceram com os camponeses sem terra, analfabetos, acusados de comunistas. Quando se reuniam em Sociedades ou Ligas, os patrões chegavam a derrubar os casebres de tratores fruteiras dos camponeses rebelados contra o aumento extorsivo do foro o ‘cambão’, o ‘vale do barracão’, o ‘capanga’, o salário de fome. Arrastaram-no de jipe, deixando-os em carne viva. Amarraram-nos sobre caminhões como se faz com gado e passeiam com eles pela cidade. Com um ferro em brasa, marcam-lhes o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de

mel sobre um formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d’água permanecendo noite e dia a pão seco, servindo-se daquela mesma água, contaminada pela urina e pelas fezes, onde fica mergulhado até a boca. Um terceiro é caçado a rifle, como uma raposa e morto a tiros de revólver. E quando uma família põe uma cruz tosca de madeira, como é de costume, no lugar onde tombara, a fúria do latifúndio se abate sobre a cruz que é desfeita em pedaços. Tem havido até camponeses mutilados em presença de outros, sendo os pedaços de suas carnes oferecidos aos cães para servir de exemplo. Existe o caso de um desgraçado que teve os testículos presos a uma gaveta no interior de seu próprio mucambo de capim a que atearam fogo em seguida. Em S. Paulo um camponês teve os dois braços amputados pelo latifundiário enfurecido. Na Bahia, uma aldeia com mais de duas mil pessoas é incendiada por um grupo de jagunços a mando de um senhor de terras, com a participação ostensiva de um juiz togado e no pleno exercício do cargo. (...) Hoje o que se nota é o temor generalizado. O medo. Ninguém fala. Ninguém se movimenta simplesmente para não ser taxado de subversivo. (AALRS, v.187, 1964, p.235-237).

Paulatinamente as falas de Moab Caldas que davam ênfase ao quadro político vão dando lugar a pronunciamentos de fundo espiritualista. Em nenhum momento, menciona diretamente o AI-1, tampouco critica abertamente a ditadura, pontuando apenas o clima de “ódio” que a Assembléia passaria a apresentar. E, se em 1964 não entrou nas listas de cassação, o mesmo não ocorreu com o AI-5, encerrando, assim, sua carreira política.

Conclusão

Moab Caldas legislou durante um dos períodos mais dinâmicos e significativos do Brasil, momento marcado pelas lutas de classe, debates intensos em vários setores e correntes, os sindicatos despertaram nos trabalhadores das cidades e dos campos interesse por seus direitos. O cenário cultural, estudantil e acadêmico fervilhava.

Contudo, boa parte da história republicana brasileira foi marcada por golpes. As reformas sociais (principalmente a agrária) e políticas, somadas a um intenso quadro de crise econômico-financeira (gerada desde os anos 1950) e interesses capitalistas, impediram que João Goulart terminasse seu mandato: *“O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc.”* (TOLEDO, 2004, p. 18). A elite orgânica era a maior interessada que as reformas e discussões fossem cessadas, e, através do IPES/IBAD, lançaram amplo ataque ideológico junto à população brasileira, resultando que *“os setores populares e os trabalhadores nada fizeram para evitar a derrubada do governo”* (TOLEDO, 2004, p. 24).

Vários desses aspectos podem ser observados nas falas de Moab Caldas, que representa uma legislatura entre as várias que compreendem o regime militar; que fez parte de 1 partido num universo de 7 na Assembleia Legislativa; que foi colega de 18 petebistas, que foi 1 deputado entre 48 na 5ª Legislatura. Ou seja, se somarmos as falas de Caldas com a de outros colegas ou as confrontarmos com a de outros partidos, tem-se a possibilidade analisar fatos pouco abordados, como é o caso dos “mendigos do Gandú”, um verdadeiro exercício de sequestro e desaparecimento que seria implementado durante a ditadura, que chamou a atenção de um pintor brasileiro e de um escritor chileno, mas que não ganhou a atenção de pesquisadores brasileiros.

Desse modo, mesmo que haja uma série de dificuldades para acessar documentos oficiais sobre o período da ditadura no Brasil, cabe a nós pesquisadores aproveitarmos todas as fontes possíveis (prováveis e improváveis) para trazermos a baila um assunto que muito se tentou, e ainda se tenta fazer esquecer, pois a memória é perigosa, por isso, para muitos, deve ser expurgada. Mas os rastros de um dos períodos mais violentos da história do Brasil estão por todos os lados, e quando menos se espera... os indícios aparecem, é uma questão de tempo.

Referências

- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2001.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DREIFUSS, René. **1964: A conquista do estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira: 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HIPPOLITO, Lucia. Partido Social Democrático (PSD). In: **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATEUS, Sílvia Gonçalves. **Moab Caldas: Perfil político a partir das falas do umbandista no parlamento gaúcho (1959-1966)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Unisinos/São Leopoldo, 2007.
- MENDONÇA, Sônia. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **SUR**, v.7, n.13, dez., p.7-25, 2010.
- PADRÓS, E. S. **Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.
- WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 23/09/2020
Aprovado em 20/11/2020